



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2126

PROCESSO

Nº. 13.784/2000

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico 412/12/IE e na Licença Ambiental Prévia nº. 8818, de 31/01/2011, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.

CNPJ: 14.522.178/0001-07

LOGRADOURO: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 66 - PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA INFRAERO - 1º ANDAR

BAIRRO/DISTRITO: VIRACOPOS CEP: 13052-900

MUNICÍPIO: CAMPINAS

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - 1ª ETAPA - FASE 1.

LOGRADOURO: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 66.

MUNICÍPIO: CAMPINAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: Implantação do novo Terminal de Passageiros - TPS; Áreas de Taxiamento; Pátio de Aeronaves; novas áreas de estacionamento (edifício garagem, novo estacionamento de caminhões, estacionamento para carros a serem alugados, área para estacionamento de taxis e estacionamento para veículos que permanecerão por longos períodos); obras de infraestrutura básica (nova subestação e estruturas para armazenamento e distribuição de água para abastecimento e combate a incêndio); vias de acesso internas (acesso ao novo TPS e melhorias no acesso aos terminais existentes de passageiros e de carga).

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 30/08/12

Ana Cristina Pasini da Costa

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

SELO
DE
AUTENTICIDADE
CETESB COMPANHIA
DE TECNOLOGIA
DE SANEAMENTO
AMBIENTAL
168343



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 01/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

Para a continuidade do licenciamento, o empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Durante a implantação do empreendimento

1. *Comprovar, no prazo de 1 mês da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, a implantação do sistema de drenagem provisória, incluindo a condução das águas pluviais para uma lagoa de sedimentação para a separação de sólidos antes do descarte.*
2. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, projeto do sistema de reuso e reaproveitamento de água do aeroporto.*
3. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, o projeto e a localização da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE compacta para a fase de obras.*
4. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, o projeto das centrais de armazenamento temporário de resíduos sólidos para os canteiros de obra.*
5. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, as tratativas realizadas com instituições locais para maximizar a contratação de mão de obra local e as parcerias para a capacitação profissional dos trabalhadores.*
6. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Campinas quanto ao Plano de Gerenciamento Operacional do Tráfego na AID para a Fase 1 da ampliação do Aeroporto.*
7. *Apresentar, no prazo de 3 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, a reavaliação da localização dos poços de monitoramento propostos no Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas, substituindo alguns poços da área central por outros a jusante do empreendimento, considerando que o fluxo hídrico subterrâneo da região dirige-se para noroeste.*
8. *Apresentar, no prazo de 12 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, o Plano Local de Gestão Macrozona 7 atualizado e o respectivo Programa de Requalificação das áreas sob as curvas de ruído do projeto final de ampliação do aeroporto (Master Plan), devidamente acordado com a Prefeitura Municipal de Campinas.*
9. *Apresentar, no prazo de 12 meses da emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, o detalhamento do Programa de Recomposição Vegetal, contemplando o Projeto de Recuperação Ambiental, conforme Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 87884/2012.*
10. *Firmar, se couber, novo TCRA com a CETESB para a implementação do Programa de Recomposição Vegetal. Apresentar relatórios semestrais do Programa, contemplando as atividades desenvolvidas, metas alcançadas, registros fotográficos e responsável técnico.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

SELLO
DE
AUTENTICIDADE

CETESB COMPANHIA
DE TECNOLOGIA
DE SANEAMENTO
AMBIENTAL
168344



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 02/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

11. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando a realização das atividades desenvolvidas no período, a equipe técnica responsável, a avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas, as respectivas medidas corretivas adotadas, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos. Comprovar, ainda, a divulgação e a manutenção de um canal de comunicação permanente com a população, visando minimizar eventuais problemas relacionados ao tráfego e sistema viário, e incômodos gerados pelas obras.
12. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Ação Integrada entre as Prefeituras Municipais de Campinas, Indaiatuba e Monte Mor e o empreendedor, contemplando ainda os Termos de Cooperação firmados, informando sobre as ações e procedimentos implementados no período, eventuais não conformidades identificadas, respectivas medidas corretivas adotadas, equipes responsáveis, cronograma de atividades, etc.
13. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras - PGCAO, e do Programa de Controle de Erosão e Recuperação de Áreas Degradadas, informando sobre o avanço da obra, demonstrando, por meio de descritivos e registros fotográficos, as atividades desenvolvidas no período e analisando a efetividade das medidas adotadas, as não-conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes.
14. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Hidrobiológicas, incluindo as recomendações da exigência 1.8 do Parecer Técnico no 412/12/IE e contendo, para cada ponto monitorado, a avaliação dos resultados analíticos, com destaque para as eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas. Em relação aos resultados laboratoriais, tais laudos deverão atender aos padrões de qualidade e classificação estabelecidos na Resolução CONAMA nº 357/05 e estar de acordo com a Resolução SMA nº 37/06. Apresentar ainda o georreferenciamento dos pontos de amostragem (informar coordenada geográfica e UTM no DATUM SIRGAS-2000).
15. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Plano de Ação de Emergência para a fase de obras, informando sobre as ocorrências registradas e as medidas corretivas adotadas.
16. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Gestão Ambiental, de Diretrizes para o Canteiro de Obras, de Controle das Emissões Sonoras, de Controle das Emissões Atmosféricas, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de Controle e Monitoramento de Efluentes Líquidos e de Desmobilização do Canteiro de Obras, no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras - PGCAO, informando as medidas e procedimentos adotados para o controle ambiental das obras, registros fotográficos, registros da destinação adequada dos resíduos e efluentes, as eventuais não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 03/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

17. Apresentar, no primeiro relatório semestral de acompanhamento do Programa de Controle das Emissões Sonoras, a identificação e localização exata dos pontos de medição de níveis de ruído (nome da rua, nº do imóvel, bairro, município e/ou indicações com Sistema de Posicionamento Global – GPS e coordenadas UTM).
18. Comprovar, nos relatórios semestrais de acompanhamento do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras - PGCAO, a implantação e manutenção de dispositivos de drenagem provisória nas áreas de empréstimo a serem utilizadas dentro do sítio aeroportuário, entre outras medidas para o controle de processos de dinâmica superficial, especialmente nas proximidades do Ribeirão Viracopos. Apresentar a análise da efetividade das medidas adotadas, registros fotográficos, eventuais não conformidades, respectivas ações corretivas adotadas, etc.
19. Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras – PGCAO, as licenças ambientais de operação das empresas fornecedoras de agregados e outros materiais para as obras, assim como o layout e as licenças ambientais das instalações industriais a serem implantadas no canteiro industrial.
20. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre, informando, no mínimo sobre os levantamentos realizados, os resultados obtidos como subsídio às ações de afugentamento de fauna, análise crítica dos resultados associada ao estado de conservação dos fragmentos e período dos levantamentos, registros fotográficos etc. Apresentar ainda o georreferenciamento dos pontos de amostragem (informar coordenada geográfica e UTM no DATUM SIRGAS-2000)
21. Obter, caso necessário o manejo de fauna, a Autorização emitida pelo Departamento de Fauna – DeFau, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
22. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Contratação e Desmobilização da Mão de obra, especificando o percentual de mão-de-obra local contratada no período e a quantidade de trabalhadores desmobilizados, as ações e adequações adotadas, novas parcerias estabelecidas para continuidade de contratação de trabalhadores locais e capacitação dos mesmos, os resultados atingidos, propostas para o próximo período, etc.
23. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Educação Ambiental, contendo, no mínimo, a descrição das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, equipe técnica responsável, resultados obtidos, entre outros. Comprovar a realização de atividades de educação ambiental voltadas à proteção da bacia do Rio Capivari, abrangendo o público externo e interno ao empreendimento.
24. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Adequação e Monitoramento de Interferências Urbanas, informando sobre as atividades desenvolvidas no período, eventuais não conformidades e medidas corretivas adotadas, registros fotográficos, etc. Incluir as ações propostas para a adequação de equipamentos públicos de educação e saúde na área de interferência das curvas de ruído da Fase 1 da ampliação.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 04/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

25. *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Segurança no Trânsito e Prevenção de Acidentes e do Plano de Gerenciamento Operacional do Tráfego, informando sobre as atividades desenvolvidas, registros de ocorrência de eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, etc. Indicar ainda os trajetos utilizados na obra e a situação de conservação e sinalização dos mesmos.*
26. *Obter, caso necessário, as autorizações das concessionárias ou órgãos responsáveis pelas infraestruturas a serem eventualmente afetadas pelas obras de ampliação.*
27. *Apresentar, antes de intervir nas áreas com processos minerários, os acordos firmados com os detentores dos direitos minerários e a baixa dos títulos junto ao DNPM.*
28. *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação de Emergência e Alerta, informando sobre as atividades desenvolvidas na fase de obras para comunicação, alerta e integração da comunidade; registros de ocorrências, medidas adotadas, etc.*
29. *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Subterrânea, contendo para cada poço monitorado, a avaliação dos resultados analíticos realizada logo após a coleta dos dados, com destaque para os eventuais problemas identificados, e respectivas medidas corretivas adotadas. Apresentar ainda o georreferenciamento dos pontos de amostragem (informar coordenada geográfica e UTM no DATUM SIRGAS-2000).*

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

30. *Comprovar a implantação do sistema de drenagem definitivo, incluindo a implantação de sistemas para contenção de sedimentos, separadores água-óleo, dissipadores de energia e readequação dos pontos de lançamento com processos erosivos a jusante (pontos de lançamento 3 e 4), conforme Plano de Recuperação de Áreas Degradadas apresentado para atendimento às exigências da LO nº 00253 de 03/05/2007.*
31. *Comprovar a implantação do sistema de reaproveitamento e reuso de água do aeroporto, bem como o atendimento ao disposto no Ofício GS nº 179/10 de 18/11/10 emitido pelo SAAE, em relação à reversão do lançamento de efluentes tratados para a Bacia do Rio Capivari.*
32. *Apresentar o projeto do sistema de abastecimento de água para a fase de operação e a respectiva Outorga de captação, emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.*
33. *Comprovar a interligação dos efluentes provenientes de locais com fossas sépticas e sumidouros, assim como o atualmente tratado na lagoa de sedimentação, à Estação de Tratamento de Esgotos do Aeroporto de Viracopos. Comprovar ainda a desativação daqueles dispositivos, com a completa recuperação ambiental das áreas, e o atendimento aos padrões de lançamento de efluentes da ETE no corpo d'água.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 05/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

34. Apresentar relatório final com o balanço das atividades do Programa de Comunicação Social, indicando as atividades desenvolvidas durante as obras e a avaliação da implementação do Programa.
35. Apresentar relatório final com o balanço das atividades do Programa de Ação Integrada entre as Prefeituras Municipais de Campinas, Indaiatuba e Monte Mor e o empreendedor, bem como dos Termos de Cooperação firmados com as Prefeituras, indicando as atividades desenvolvidas durante as obras e a avaliação da implementação do Programa.
36. Apresentar relatório final do Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras - PGCAO, e do Programa de Controle de Erosão e Recuperação de Áreas Degradadas, incluindo a avaliação dos resultados obtidos nos Programas e a comprovação da completa recuperação de todas as áreas impactadas por processos erosivos e de assoreamento durante a construção do empreendimento, ou com processos instalados anteriormente às obras. Incluir registros fotográficos demonstrando a adequada situação ambiental do Ribeirão Viracopos após as obras, especialmente nas proximidades das áreas de apoio utilizadas.
37. Apresentar relatório conclusivo do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Hidrobiológicas, consolidando os resultados apresentados nos relatórios semestrais de acompanhamento, para cada ponto monitorado, e comprovando a efetividade das medidas mitigadoras, e eventualmente corretivas, adotadas durante a implantação do empreendimento.
38. Apresentar relatório final conclusivo do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras - PGCAO, ilustrado com fotos datadas, informando sobre as medidas ambientais adotadas ao longo da obra referente aos Programas de Gestão Ambiental, de Diretrizes para o Canteiro de Obras, de Controle das Emissões Sonoras, de Controle das Emissões Atmosféricas, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de Controle e Monitoramento de Efluentes Líquidos e de Desmobilização do Canteiro de Obras, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Comprovar a recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras (incluir áreas dos canteiros, áreas de empréstimo, acessos, etc). Apresentar ainda atendimento aos itens dispostos na exigência 1.21 do Parecer Técnico nº 412/12/E, comprovando a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.
39. Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação, incluindo o monitoramento e controle de processos erosivos, assoreamento e a recuperação de áreas degradadas, considerando todo o sítio aeroportuário, inclusive as áreas remanescentes que não sofrerão intervenção direta da implantação. Contemplar, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não conformidades; procedimentos de trabalho; e o cronograma de atividades.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 06/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

40. *Apresentar relatório conclusivo do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas, consolidando os resultados apresentados nos relatórios semestrais de acompanhamento para cada poço monitorado e comprovando a eficiência das medidas mitigadoras, e eventualmente corretivas, adotadas durante a implantação do empreendimento, aos potenciais impactos nas bacias hidrográficas dos rios Capivari e Capivari Mirim.*
41. *Apresentar relatório do Programa de Recomposição Vegetal, contemplando, no mínimo, o balanço das atividades desenvolvidas, incluindo o monitoramento dos plantios, metas alcançadas, registros fotográficos, resultados obtidos e responsável técnico. Incluir informações sobre o transplante de espécimes ameaçadas de extinção e endêmicas, e a situação de atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA's firmados.*
42. *Apresentar relatório final do Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre implementado na fase de obras, com a análise crítica das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, não-conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, responsável técnico e proposta de continuidade do programa durante a fase de operação do empreendimento.*
43. *Apresentar relatório conclusivo do Programa de Contratação e Desmobilização da Mão de obra, contemplando o balanço das contratações e desmobilizações de trabalhadores, as capacitações realizadas, os resultados obtidos, etc.*
44. *Apresentar relatório final conclusivo do Programa de Educação Ambiental, com a descrição das atividades desenvolvidas, incluindo as atividades voltadas à proteção da bacia do Rio Capivari, registros fotográficos, equipe técnica responsável, resultados obtidos e metas atingidas.*
45. *Apresentar relatório final do Programa de Adequação e Monitoramento de Interferências Urbanas, contemplando o balanço das atividades desenvolvidas e a avaliação da efetividade do Programa.*
46. *Apresentar relatórios finais do Programa de Segurança no Trânsito e Prevenção de Acidentes e do Plano de Gerenciamento Operacional do Tráfego, contemplando o balanço das atividades desenvolvidas, registros de ocorrência de eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, etc. Indicar os trajetos utilizados na fase de obras, a situação de conservação e sinalização dos mesmos e demonstrar a reestruturação e recuperação do sistema viário.*
47. *Comprovar a execução das atividades do Programa de Educação Patrimonial previstas no Projeto de Pesquisa Arqueológica.*
48. *Apresentar as atividades implementadas no âmbito do Programa de Requalificação das áreas sob as curvas de ruído do projeto final de ampliação do aeroporto (Master Plan).*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 07/08

PROCESSO

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

49. Apresentar um Programa de Integração Intermodal para adequar e compatibilizar a capacidade operacional das vias rodoviárias e ferroviárias à ampliação operacional do aeroporto, bem como Termos de Cooperação assinados com os órgãos competentes, para a implementação do mesmo;
50. Apresentar Plano de Redução de Emissões Atmosféricas, acompanhado de um inventário de emissões, contemplando medidas e metas para redução de emissões de CO, HC, NOx, MP e SOx provenientes das atividades e fontes fixas e móveis que podem ser gerenciadas pela autoridade aeroportuária, como os veículos de apoio às aeronaves; Unidades Auxiliares de Energia e Equipamentos de Suporte em Solo (APU E GPU); movimentação de aeronaves durante as fases de taxiamento, fila e estacionamento; abastecimento de aeronaves; e geradores de emergência.
51. Adquirir e instalar, de acordo com a especificação da CETESB, uma estação de monitoramento automático de qualidade do ar, para os seguintes parâmetros: Material Particulado Inalável (MP10), Partículas Inaláveis Finas (MP2.5), Óxidos de Nitrogênio (NOx), Monóxido de Carbono (CO), Ozônio (O3), Dióxido de Enxofre (SO2), BETX (benzeno, etilbenzeno, tolueno e xileno) e meteorológicos. A estação deverá ser instalada em área de influência das operações do aeroporto conforme indicação da CETESB, a qual será responsável pela sua operação. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser compatíveis com a atual Rede Telemétrica para garantir a integração plena com o sistema de gerenciamento das estações de monitoramento.
52. Apresentar, após apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para emissão da Licença Ambiental de Operação.
53. Comprovar a implementação do Programa de Monitoramento de Ruídos aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.
54. Atender às Recomendações do item 5 do Relatório COPPETEC nº PEM 12687-08/2010, relativas à área para manutenção de aeronaves e testes de motores.
55. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, com as respectivas licenças ambientais e cartas de aceite das áreas de destinação, conforme a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
56. Apresentar a Licença Ambiental de Operação emitida pela Agência Ambiental da CETESB para a Estação de Tratamento de Esgoto do Aeroporto de Viracopos, dimensionada para atendimento da ampliação do aeroporto.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Fls. 08/08

PROCESSO
Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2126

57. Atender às exigência da Deliberação CONSEMA 02/2011 de 27/01/11, ou seja:

- o Realizar a avaliação de emissões de gases de efeito estufa e apresentar programa de abatimento e/ou compensação dessas emissões;
- o Constituir unidade de conservação nos termos da Lei 13.550/09 e em local a ser definido em comum acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, ouvida a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Campinas.

Durante a operação do empreendimento

58. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre, no prazo de três anos da emissão da Licença de Operação.
59. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando as ações adotadas no período para melhoria ambiental, especialmente quanto ao gerenciamento de resíduos e efluentes; controle de erosão e assoreamento, comunicação social, comunicação de emergência e alerta, plantios compensatórios, etc.
60. Comprovar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, a implementação do Programa de Integração Intermodal para adequar e compatibilizar a capacidade operacional das vias rodoviárias e ferroviárias à ampliação operacional do aeroporto.
61. Comprovar a implementação do Programa de Monitoramento e Controle da Avifauna e dos fatores de sua proliferação na área de Atividade Aeroportuária, assim como a implementação do Plano de Ação Institucional, conforme a Resolução CONAMA 04/95.

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem